

TCE EM PAUTA

f tcedorn @ tce_rn tce_rn TCE-RN_oficial



ANO XXI | Nº 143 | JULHO A SETEMBRO/2023 | NATAL/RN

SEJA BEM-VINDO AO

ENCCO

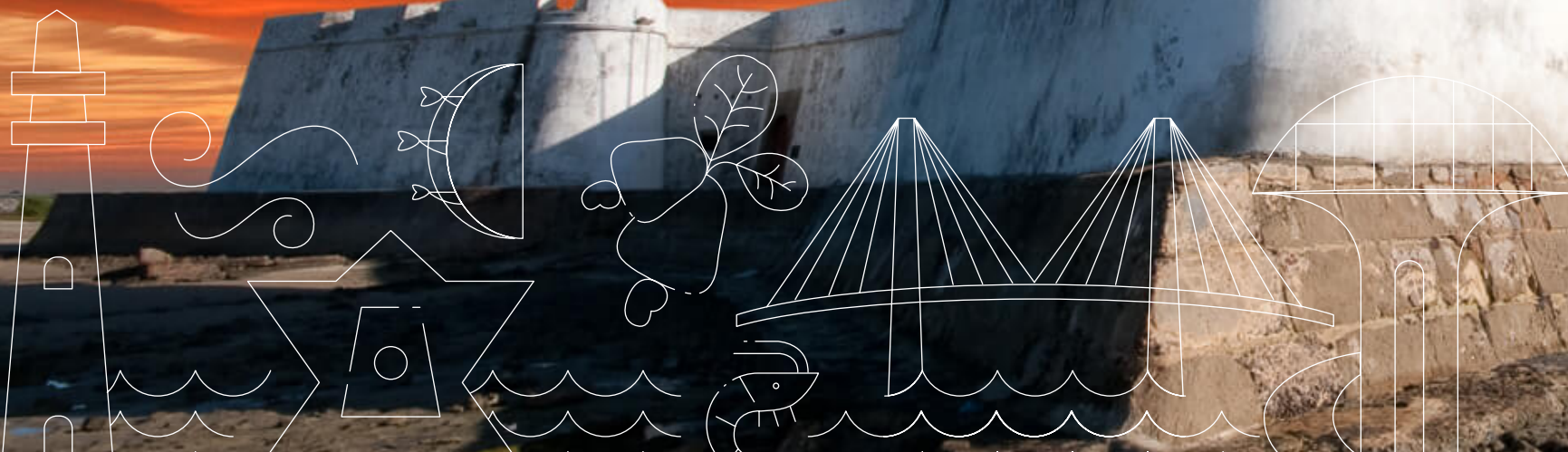
2023



Esta edição do TCE EM PAUTA traz um caderno especial do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO 2023, realizado em Natal, de 11 a 13 de setembro. O participante terá em mãos um guia completo com a programação e um resumo dos temas abordados por cada palestrante, uma forma que escolhemos para acolher e deixar nossos visitantes bem informados sobre este importante evento do Sistema dos Tribunais de Contas. A todos, desejamos uma excelente estadia na capital potiguar e um encontro profícuo e bastante produtivo.

CADERNO ESPECIAL | Página 03

Foto: Dante Laurini Jr



ESCOLA
RETOMADA DOS ENCONTROS
REGIONAIS CAPACITA CERCA
DE MIL GESTORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM 2023

Página 02



AGREGAR
PROJETO MOVIMENTO-SE
OFERECE TREINOS EM DIVERSAS
MODALIDADES E QUALIDADE DE
VIDA AOS SERVIDORES DO TCE

Página 12



ENCONTROS REGIONAIS LEVAM CAPACITAÇÃO A MIL GESTORES MUNICIPAIS DO RN

Com o objetivo de levar capacitação para os gestores públicos do RN, o Tribunal de Contas do Estado realizou, neste ano de 2023, quatro Encontros Regionais com Gestores Públicos Municipais. A iniciativa, promovida pela Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira entre os meses de maio e agosto, alcançou cerca de mil participantes de todas as regiões do RN.

Os Encontros Regionais com Gestores Públicos Municipais foram realizados em quatro polos: Natal, Martins, Mossoró e Caicó. O evento contou com a parceria da Federação dos Municípios do RN (Femurn), a Federação das Câmaras Municipais do RN (Fecam/RN), e é mais um passo da Corte de Contas no caminho de realçar o caráter pedagógico do controle externo.

Durante o último encontro, realizado nos dias 16 e 17 de agosto, em Caicó, o conselheiro Tarcísio Costa, atual diretor da Escola de Contas e quem criou a unidade há 20 anos, fez um discurso em defesa do caráter pedagógico do TCE. “Sempre defendi e continuo defendendo que é preciso, antes de punir, orientar e educar”, disse. Ele lembrou sua trajetória desde estudante, no município de Caicó, passando pelas funções que ocupou como professor, vice-reitor, gestor público e conselheiro do TCE, sempre ressaltando a importância da educação.

“Fico honrado em voltar à minha terra trazendo palestrantes do mais alto gabarito

para orientar gestores públicos dos nossos municípios”, afirmou, destacando a necessidade da orientação técnica nos quadros da gestão pública. “No quadro atual, não vislumbro lugar para aventureiros na administração pública. O momento é de transparência e esperança”, pontuou.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, reforçou o discurso: “O Tribunal de Contas cumpre seu papel orientativo ao chegar aos municípios. Tem sido uma luta constante do TCE para que o gestor tenha um acompanhamento mais próximo possível. É preciso fazer mais com menos”, disse, acrescentando que as temáticas levadas pelo TCE aos encontros são atuais e fazem parte do dia a dia dos gestores.

Durante os encontros regionais, o TCE ofereceu palestras sobre diversos temas afetos à administração pública como nova lei de licitações, contratações temporárias, sustentabilidade, contas de governo, planejamento estratégico, orçamento público, controle interno, entre outros.



SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTOR GERAL
Andréa da Silveira Lima

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Thiago Martins Guterres
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal

EDITOR: Isaac Lira

REPORTAGEM: Isaac Lira e Eugênio Parcelle

PRODUÇÃO: Fátima Moraes e Fernanda Souza

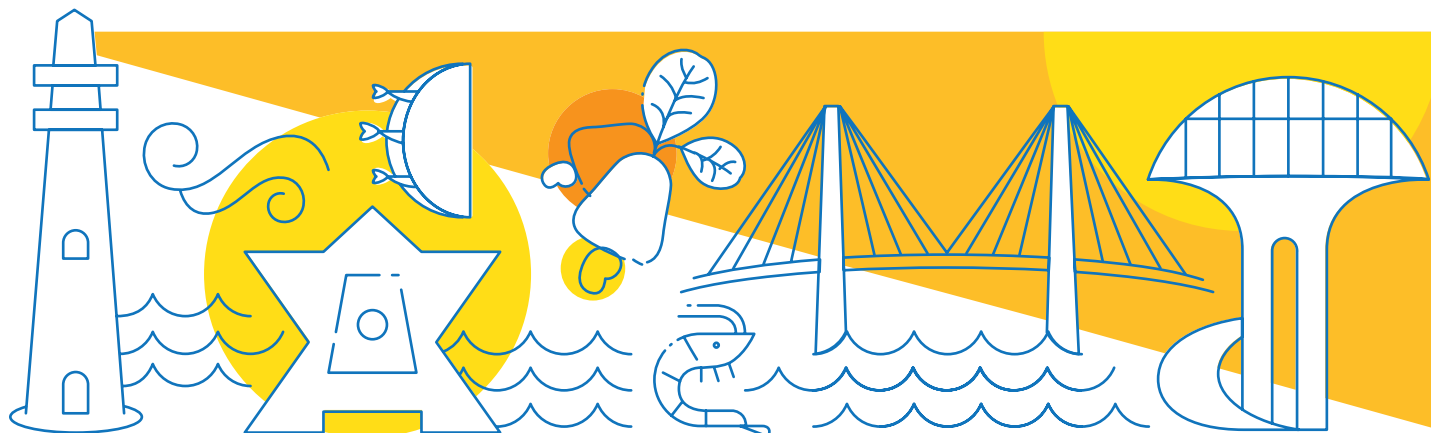
PROJ. GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando de Souza

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP. 59.012-360

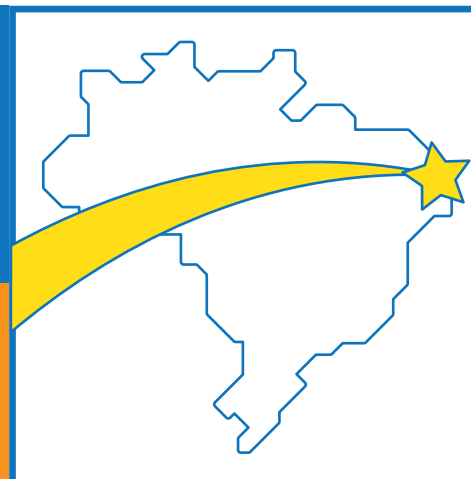
Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.m.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
Facebook.com/tcedorn
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn

CADERNO ESPECIAL



ENCCO

2023



ÉTICA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE

Natal recebe a edição de 2023 do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias e o TCE EM PAUTA traz um guia detalhado com as palestras, mesas-redondas e grupos de trabalho. Confira nas páginas seguintes

O Tribunal de Contas do RN receberá a edição 2023 do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunais de Contas – ENCCO em um bom momento. O Encontro, que discutirá “Ética, Participação e Controle”, tem como um de seus principais méritos abordar temas da ordem do dia no âmbito das instituições de controle externo. Aprimorar o controle social e abrir os tribunais de contas à participação da sociedade são princípios cada vez mais presentes no trabalho cotidiano realizado em todo o País e a Corte de Contas potiguar vem seguindo essa tendência.

Neste sentido, o ENCCO 2023 terá mais de 20 debates, entre palestras, mesas-redondas e grupos de trabalho, para trazer aos espectadores e participantes aspectos fundamentais no caminho para abrir os tribunais de contas para a sociedade, a partir dos trabalhos

desempenhados pelas ouvidorias e pelas corregedorias. Temáticas como as auditorias internas, os sistemas de controle interno, a consolidação das ouvidorias, o fomento à cidadania e à prestação do serviço público de qualidade são algumas das principais atrações do ENCCO 2023.

Para fazer uma introdução a todas as potencialidades do evento, o TCE EM PAUTA traz, nesta edição, um guia com os temas e debates os quais terão espaço na edição do ENCCO. Os participantes do Encontro também podem conferir um guia cultural da capital potiguar, pois, enquanto os membros e servidores dos TCs de todo o País discutem os rumos do controle social no âmbito das Cortes, Natal mantém à disposição um elenco inigualável de belezas naturais e singularidades culturais cujos atrativos não podem ser desperdiçados.



GUIA DA PROGRAMAÇÃO

Palestra Magna

ÉTICA, DIREITO E LITERATURA

O que será abordado

Responsável pela abertura do ENCCO 2023, o procurador regional da República, Marcelo Alves Dias de Souza, o expositor abordará, misturando-os interdisciplinarmente, os temas "ética, direito e literatura". Ele buscará relacionar a ética, no caso a ética dos profissionais/personagens do direito, com a literatura (a ficção de um modo geral, para também incluir o cinema). Fará de uma maneira sistematizada, mas também – e sobretudo – lúdica. Para tanto, trabalhando com o direito na literatura ("law in literature", "le droit dans la littérature"), analisará grandes clássicos da literatura universal e da sétima arte.



Marcelo Alves Dias de Souza

(Procurador Regional da República)

Doutor em Direito (PhD in Law) pelo King's College London – KCL (2013). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2004). Pós-graduado lato sensu pela Universidade Lusíada do Porto, Portugal (2000). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1993). Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte – ESMARN. Professor visitante (Guest Lecturer on Constitutional Law and Human Rights) na University of Northumbria at Newcastle, Reino Unido, no ano de 2002. Membro das Academias Norte-Rio-Grandense de Letras (ANRL) e de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte (ALEJURN).



11 DE SETEMBRO

As **Reuniões Técnicas** são espaços para discussões de temas relacionados à melhoria das Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias de todos os tribunais de contas do País. Os representantes das unidades irão discutir caminhos para ampliar e qualificar a atuação dos seus respectivos setores, dentro da temática proposta pelo ENCCO de discutir "Ética, participação e controle".



12 DE SETEMBRO

Palestra

Os 18 anos do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal: perspectivas e desafios

O que será abordado

Em 2023, o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), criado por meio do Decreto n. 5.480/2006 e tendo a Corregedoria-Geral da União como seu Órgão Central, faz 18 anos. Na oportunidade, será feita uma reflexão sobre avanços, conquistas e desafios para o fortalecimento da atividade correcional no Poder Executivo federal.

Ricardo Wagner de Araújo

(Corregedor-Geral da União)

Graduado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal e é mestre em Direito pela University of Notre Dame. Possui também cursos de especialização em Economia, Anti-Corrupção, Compliance e Direito Internacional na George Washington University, na International Anti-Corruption Academy e na the Hague Academy of International Law. Desde 2006 é Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU). Em 2016, coordenou a força-tarefa designada pelo Ministro da CGU para auxiliar os trabalhos de Comissão de Ética Pública.

11 DE SETEMBRO

- 8h Credenciamento para as reuniões técnicas
- 08h30 Reuniões Técnicas
Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias (somente presencial)
- 17h Credenciamento
- 18h Abertura do ENCCO 2023
PALESTRA MAGNA | Ética, Direito e Literatura
Dr. Marcelo Alves Dias de Souza
(Procurador Regional da República no Ministério Público Federal)
- Apresentação cultural
Coquetel



12 DE SETEMBRO

- 08h Credenciamento
- 08h30 Os 18 anos do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal: perspectivas e desafios
Dr. Ricardo Wagner de Araújo (Corregedor-Geral da União)
- 09h10 Ouvidorias como canais de fomento à transparência e aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas
Karina Lago Coimbra Brilhante (Chefe de Gabinete da Ouvidoria TCE/AM)
Fomento ao controle social e cidadania plena
Cons. Carlos da Costa Pinto Neves Filho (Conselheiro Ouvidor TCE/PE)
Mediador: Cons. Carlos Thompson Costa Fernandes (Conselheiro Ouvidor TCE/RN)



Mesa | Ouvidoria e Controle Social

Ouvidorias como canais de fomento à transparência e aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas

O que será abordado

A apresentação vai mostrar os projetos Aluno Ouvidor e Ouvir Amazonas. O primeiro visa promover a participação dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais no controle social, pressupondo, assim, a efetiva participação da sociedade, na forma do Grêmio Estudantil das escolas públicas. O projeto Ouvir Amazonas visa auxiliar na implantação das Ouvidorias municipais tendo em vista que as ouvidorias públicas são consideradas instrumentos da democracia, na medida em que possibilitam à sociedade o exercício do direito à participação e ao controle da administração pública.

Karina Lago Coimbra Brilhante

(Chefe de Gabinete da Ouvidoria TCE/AM)

Advogada há 15 anos, dos quais militou por cerca de 10 anos, exclusivamente. Foi militar do Exército Brasileiro como Oficial Técnica, por dois anos, atuando no assessoramento Jurídico do Comando Militar da Amazônia e na 12ª Região Militar. Servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, atualmente, ocupa a função de Chefe de Gabinete da Ouvidoria do TCE/AM.

Fomento ao controle social e cidadania plena

O que será abordado

Serão mostrados canais de participação popular: o papel da Ouvidoria do TCE de Pernambuco no fortalecimento das ouvidorias municipais do Estado, por meio da edição de resoluções com normativos específicos, cursos e orientações de natureza pedagógica e conscientização da necessária instalação, estruturação e atuação em Rede de ouvidorias, além do monitoramento e diagnóstico por meio de fiscalizações ordenadas com verificação in loco das condições das ouvidorias municipais.

Cons. Carlos da Costa Pinto Neves Filho

(Conselheiro Ouvidor TCE/PE)

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Membro Fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – Abradep. Trabalhou como Presidente da Escola Superior da Advocacia na empresa OAB Pernambuco. Estudou Mestrado em Direito na instituição de ensino Faculdade de Direito de Lisboa. Nomeado Conselheiro em julho de 2019.

Mediador

Conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes

(Conselheiro Ouvidor TCE/RN)

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialização em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Direito do Estado, com especialização em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dentre outros cargos públicos que ocupou,

foi Procurador de Contas do TC-DF e do TCE-RN. Atual Conselheiro Ouvidor do TCE-RN.

GT

Planejamento e execução de ações de sensibilização: Diretrizes para consolidação de Ouvidorias Públicas à luz da Lei 13.460/2017

O que será abordado

Propositura de nota técnica dispondo sobre as diretrizes do Instituto Rui Barbosa acerca da adequação dos entes jurisdicionados dos Tribunais de Contas Brasileiros à Lei n.º 13.460/2017 e calendário de campanhas institucionais para divulgação de temas de interesse público relevantes às Ouvidorias Públicas e ao exercício da cidadania e do controle social.

Cons. Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

(Conselheiro Ouvidor TCE/MT)

Conselheiro Ouvidor-geral do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário de Estado de Infraestrutura e Secretário de Estado de Educação. Atualmente preside a Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE/MT. Pela ATRICON atua como Coordenador do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Mato Grosso -UFMT em 1985 e é pós-graduado em Direito do Estado e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Mesa

Dia do Corregedor

O que será abordado

O deputado federal Benes Leocádio (União Brasil/RN) é autor do Projeto de Lei 2280/2023 que tem como teor instituir o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional do Corregedor. A proposta tem como finalidade dar maior reconhecimento e valorização a essa nobre missão. Nesse sentido, será discutida a importância das diversas corregedorias do país, ratificando o papel desses profissionais em garantir um ambiente de respeito à lei, de fortalecimento do controle interno e de combate à corrupção.

Deputado Benes Leocádio (RN)

O deputado federal Benes Leocádio está no segundo mandato na Câmara Federal. Ele foi eleito para o período 2019-2023 e reeleito no ano passado para mais 4 anos: 2023-2027. Antes disso, foi prefeito da Cidade de Lajes durante cinco mandatos. Foi presidente da Federação dos Municípios do RN de 2009 a 2013.

Deputado Domingos Neto (CE)

Eleito deputado federal pelo Ceará pela quarta vez seguida, Domingos Neto está na Câmara dos Deputados desde 2011. Além disso, foi secretário do Município de Fortaleza para assuntos relacionados à Copa do Mundo de 2014. É advogado.

10h	GT - Planejamento e execução de ações de sensibilização: Diretrizes para consolidação de Ouvidorias Públicas à luz da Lei 13.460/2017 Cons. Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto (Conselheiro Ouvidor TCE/MT)
10h20	Dia do Corregedor Dep. Benes Leocádio (Deputado Federal RN) Dep. Domingos Neto (Corregedor da Câmara dos Deputados) Mediador: Cons. Paulo Roberto Chaves Alves (Conselheiro Corregedor do TCE/RN)
11h10	Auditoria Interna: um pilar do modelo das Três Linhas Cons. Rodrigo Melo do Nascimento (Presidente do TCE-RJ) A Transição de "Órgão de Controle Interno" para "Auditoria Interna": a experiência do TCU Edison Franklin Almeida (Secretário de Auditoria Interna do TCU) Mediador: Cons. Rodrigo Coelho do Carmo (Conselheiro Vice-Presidente do TCE/ES)

12h	Almoço
14h	Macrofunções do Sistema de Controle Interno: Ouvidoria, Corregedoria, Controladoria e Auditoria Interna Dr. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda (Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno – Conaci)
14h35	GT – Lançamento da Cartilha com Orientações para a construção do Plano Anual de Correições Cons. Ivan Lelis Bonilha (Conselheiro Corregedor TCE/PR)
14h55	A função de integridade das Corregedorias Gustavo Terra Elias (Analista de Controle Externo TCE-MG) Capacitação de gestores no combate ao abuso de autoridade Cons. Manoel Paulo de Andrade Neto (Conselheiro Corregedor TC/DF) Mediadora: Patrícia Lúcia Mendes Saboya (Conselheira Corregedora TCE/CE)



Mediador

Conselheiro Paulo Roberto Alves

(Conselheiro Corregedor do TCE/RN)

Graduado em Ciências Econômicas pela UFRN; Ex-Secretário de Estado da Secretaria de Tributação e Ação Social do RN-SETAS; Ex-Secretário-Chefe do Gabinete Civil; Conselheiro do TCE/RN desde o ano 2000. Presidente do TCE/RN nos exercícios de 2007/2008, 2013/2014 e 2021/2022. Atual Conselheiro Corregedor do TCE/RN. Cargo que já foi ocupado no exercício 2015/2016

Mesa | Auditoria Interna

Auditoria Interna: um pilar do modelo das Três Linhas

O que será abordado

O Modelo das Três Linhas, idealizado pelo Instituto dos Auditores Internos e adotado pela nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/21), apresenta, em sua versão atual, três linhas de controle. A Auditoria Interna, representando a terceira linha, exerce papel fundamental nesse modelo, desde que garantida a independência e afastada a cogestão, possibilitando, dessa forma, a realização de atividades de avaliação e de consultoria capazes de proteger e gerar valor aos Tribunais de Contas.

Cons. Rodrigo Melo do Nascimento

(Presidente do TCE/RJ)

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ, desde 2017. Presidente do TCE/RJ eleito para o biênio de 2021/2022 e reeleito para o biênio 2023/2024. Vice-Presidente e Corregedor-Geral do TCE/RJ (2018-2020). Conselheiro-Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ (2016-2017). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - TCU (2008-2016). Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCM/RJ (2003-2008).

A Transição de “Órgão de Controle Interno” para “Auditoria Interna”: a experiência do TCU

O que será abordado

Propõe-se discutir o processo de implantação de uma auditoria interna, a partir da experiência do TCU, órgão que tem se destacado, no âmbito do exercício do Controle Externo, como agente impulsionador da implantação da atividade de auditoria interna como instrumento de governança pública. Espera-se ilustrar o debate com informações sobre como se encontra o processo de implantação da Auditoria Interna no TCU, que desafios ainda persistem e como a auditoria interna tem procurado agregar valor às atividades do TCU.

Edison Franklin Almeida

(Secretário de Auditoria Interna do TCU)

Administrador, pós-graduado em Avaliação de Políticas Públicas e em Gestão Estratégica do Conhecimento. Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União. Secretário de Auditoria Interna do TCU. Autor do artigo “LIDERANÇA COM BASE EM VALORES NOTCU”.

Palestra

Macrofunções do Sistema de Controle Interno: Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria Interna

O que será abordado

O Sistema de Controle Interno (SCI) é uma ferramenta essencial para garantir a eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública. No contexto organizacional, as macrofunções do SCI desempenham um papel fundamental para assegurar a conformidade com as normas, a prevenção de irregularidades e a otimização dos recursos. Na apresentação, serão abordadas as principais macrofunções do SCI (Ouvidoria, Corregedoria, Transparência, Integridade e Auditoria Interna), destacando suas atribuições e importância para o bom funcionamento das instituições. Também será objeto da palestra boas práticas dos membros do Conaci em relação a esses temas.

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

(Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno – Conaci)

Mestre em Contabilidade pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós graduado em Finanças (Ibmec) e Auditoria Financeira (UnB/TCU). Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, atualmente cedido à MG, ocupando o cargo de Controlador-Geral de Minas Gerais. É presidente do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG.

15h40 Semear Cidadania

Cons. Domingos Augusto Taufner (Conselheiro Ouvidor do TCE/ES)

Força Tarefa Cidadã

Luiz Gustavo Gomes Andrioli (Assessor da SECEX Consenso e Responsável pela Participação Cidadã no TCU)

Mediadora: Conselheira Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço (Conselheira Controladora TCE/AP)

16h20 INTERVALO

16h40 GT - Diagnóstico dos Controles Internos dos TCs: Relatório Controle Interno

Patrícia Fernandes Marques (Auditora-Chefe da Auditoria Interna TCE/RJ)

17h GT - Atuação preventiva no tempo de tramitação dos processos de controle externo

Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar (Conselheiro Corregedor do TCE/TO)

17h20 Controle Interno e Nova Lei de Licitações

Syllas Franklin Rodrigues Gomes (Assessor I/ Núcleo de Controle Interno TCE/TO)

Cassiano Ferrari (Auditor-Chefe do Núcleo de Controle Interno TCE/TO)

Mediador: Aldenor Fernandes dos Santos (Auditor de Controle Externo TCE/PR)

GT

Lançamento da Cartilha com Orientações para a Construção do Plano Anual de Correições

O que será abordado

Com o objetivo de orientar as Corregedorias de Contas para construir seus Planos Anuais de Correição dentro dos critérios avaliados pelo Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Social e Interno do IRB criou um grupo de discussão que elaborou uma cartilha com orientações. O guia contempla orientações para definir objetivos, selecionar objetos de correição baseado nas metodologias de avaliação de riscos, análise de problemas ou uso de indicadores de desempenho, bem como a definição de indicadores e metas do Plano Anual.

Ivan Lelis Bonilha

(Conselheiro Corregedor TCE/PR)

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1990; Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2001. Assessor Jurídico do Tribunal de Contas (1993-2011), aprovado por concurso público; Conselheiro Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (2004-2006); Procurador-Geral do Município de Curitiba (2005-2010); Procurador-Geral do Estado (2011). É conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná desde 2011.

Mesa | Integridade das Corregedorias e Capacitação de Gestores A função de integridade das Corregedorias

O que será abordado

A fala vai explorar como a Corregedoria, enquanto órgão estratégico de governança, pode e deve zelar pela promoção de um ambiente corporativo que cultive a integridade e apoie o satisfatório cumprimento da missão do controle externo. A promoção da integridade, idealmente institucionalizada num Programa de Integridade, na parcela que cabe à Corregedoria, deve ser vista como um papel eminentemente educativo e preventivo de promoção da ética, como meio de zelar pela regularidade, eficiência e credibilidade dos tribunais de contas.

Gustavo Terra Elias

(Analista de Controle Externo TCE/MG)

Analista de Controle Externo do TCEMG. Professor da Escola de Contas do TCEMG. Bacharel e Mestre em Direito/UFMG. Master em Governança e Corrupção pela Universidade de Sussex – Reino Unido.

Capacitação de gestores no combate ao abuso de autoridade

O que será abordado

O debate vai abordar as características do abuso de autoridade e seus impactos, bem como a necessidade de promover a ética e o respeito. Levantará reflexões sobre as melhores práticas para o combate e a prevenção ao abuso de autoridade, demonstrando como a capacitação de gestores públicos pode representar vetor de influência para transformação da cultura organizacional.

Cons. Manoel Paulo de Andrade Neto

(Conselheiro Corregedor TC/DF)

Licenciatura em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília/UNICEUB – 1979/1982; Formado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília/UNICEUB – 1989/1995. Deputado Distrital por dois mandatos – 1991 a 1994 - 1995 a 1994. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Secretário de Administração do Distrito Federal – 06/01/1999 a 04/07/2000; Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF – Nomeado em 03/07/2000; Atualmente Corregedor do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, desde Junho de 2021.

Mediadora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

(Conselheira Corregedora TCE/CE)

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Fortaleza (Unifor); Exerceu o mandato de Senadora de 2003 a 2011, onde coordenou a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2011 assumiu novo mandato na Assembleia Legislativa do Ceará. Foi indicada para o cargo de Presidente da Universidade do Parlamento Cearense. Patrícia Saboya foi eleita Conselheira do TCE Ceará por unanimidade, durante votação secreta na Assembleia Legislativa, em 2014. Patrícia Saboya foi reeleita Corregedora do TCE Ceará (biênio 2022/2023) e eleita para compor o Conselho Fiscal do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Mesa | Cidadania

Semear Cidadania

O que será abordado

A Ouvidoria como instrumento de fomento da participação da sociedade nas instituições públicas. Semear Controle Social é Semear Cidadania. Semear Cidadania é semear cidadãos. Como semeamos cidadania? O trabalho do Projeto Semear Cidadania une Estado, municípios e suas instituições públicas, educadores, organizações não governamentais, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, UNICEF e representantes sociais para ensinar e agir pelos Direitos das Crianças e Adolescentes no Espírito Santo.

Cons. Domingos Augusto Taufner

(Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do TCE/ES)

Graduado em Engenharia Mecânica e Direito; Pós-graduado em Direito Tributário, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais. Foi membro do Ministério Público de Contas do ES (2010-2011), presidente do RPPS de Vitória-ES (2005-2010); Auditor Fiscal de carreira do Município de Vitória (1986-2010), Vereador do Município de Vila Velha-ES (1989-1996) e Agente Administrativo do IAPAS (1981-1986).

Força Tarefa Cidadã

O que será abordado

A Força Tarefa Cidadã é uma ação colaborativa entre órgãos de controle (inclusive o TCU) e a sociedade civil organizada (representada pelo Observatório Social do Brasil) com objetivo de melhorar a transparência municipal e a correta aplicação dos recursos públicos. A fiscalização de avaliação de transparência de 2.376 municípios, em 8 estados, foi realizada por 150 cidadãos treinados por auditores dos órgãos de controle; na primeira fase da fiscalização, quem teve a oportunidade de “cobrar” as deficiências de transparência encontrados foi o próprio cidadão, voluntário do OSB; os órgãos de controle só entram numa fase seguinte, caso as deficiências não sejam resolvidas. No Tribunal, o trabalho foi objeto do Acórdão 2.050/2022–TCU–Plenário.

Luiz Gustavo Gomes Andrioli

(Assessor da SECEX Consenso e Resp. pela Participação Cidadã no TCU)

Formado em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea. Aprovado no concurso para Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Pós-graduado em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Paraná no período de 2011 a 2014. Coordenador Geral de Controle Externo dos Estados do Tribunal de Contas da União (2017 e 2018). Secretário Especial das Unidades do TCU nos Estados (SECOR).

Mediadora

Cons. Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço

(Conselheira Controladora TCE/AP)

Graduada em Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdades Integradas Colégio Moderno – Belém-PA, em julho de 1983. Aprovada em concurso público no cargo de Auditor (Conselheiro Substituto), Tribunal de Contas do Estado do Amapá, em 1991. Empossada no cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, em 31 de março de 2010. A Conselheira integrou a Mesa Diretora biênio 2011/2012 como 1ª Vice-Presidente TCE/AP. Eleita Presidente do TCE/AP para o biênio 2013/2014 - Reeleita Presidente do TCE/AP para o biênio 2015/2016.

GT

Diagnóstico dos Controles Internos dos TCs: Relatório Controle Interno

O que será abordado

O Planejamento Anual de Auditoria baseado em Riscos é um dos critérios de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), na dimensão controle interno. Sendo assim, serão apresentadas, aos participantes do ENCCO, as possibilidades de elaboração desse planejamento de acordo com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade da Auditoria Interna Governamental (MOT) elaborado pela Controladoria Geral da União. Além disso, a experiência da Auditoria Interna do TCE-RJ, na construção do PLANAUD (Plano Anual de Auditoria) de 2023, considerando as diretrizes do MOT, será compartilhada com o público do evento.

Patrícia Fernandes Marques

(Auditora-Chefe da Auditoria Interna TCE/RJ)

Auditora-Chefe da Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro desde 2021. Foi Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (2000 a 2016) e Contadora na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (2000). É mestre em Justiça Administrativa pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (2022).

GT

Atuação preventiva no tempo de tramitação dos processos de controle externo

O que será abordado

O grupo de trabalho compartilhará boas práticas já implementadas pelos TCs, identificando quais estratégias e mecanismos têm sido adotados objetivando agilizar o tempo de tramitação dos processos. Também foi aplicado questionário aos TCs sobre a atuação preventiva das corregedorias, em especial quanto ao controle de prazos e estoque de processos, de forma que os resultados serão apresentados no ENCCO 2023. A celeridade na apreciação dos processos é uma preocupação central do grupo, uma vez que está diretamente ligada ao interesse social.

Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar

(Conselheiro Corregedor do TCE/TO)

Possui Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidad del Museo Social Argentino-UMSA. Tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins em 30 de dezembro de 2002, foi eleito para o cargo de

Presidente por três mandatos, exerceu o cargo de Corregedor, eleito vice-presidente do Colégio de Corregedores dos Tribunais de Contas do Brasil, eleito presidente do Instituto Rui Barbosa – IRB, por dois biênios. Atualmente é Corregedor do TCE/TO.

Mesa | Controle Interno

Controle Interno e Nova Lei de Licitações

O que será abordado

Com o advento da Lei n. 14.133/2021, várias inovações técnicas, jurídicas e procedimentais foram estabelecidas no plano das contratações realizadas pela Administração Pública e, por consequência, ocorreram mudanças também no curso da gestão contratual. Assim, pretendemos debater sobre as competências dos gestores e fiscais de contratos, bem como o fluxo estabelecido pela NLLC, apresentando para tanto, os trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para o aperfeiçoamento da gestão contratual, com base na regulamentação interna (Resolução Administrativa 07/2023 Pleno/TCE-TO), Instruções Normativas da SEGES e os novos marcos temporais estabelecidos acerca dessa temática.

Syllas Franklin Rodrigues Gomes

(Assessor I/ Núcleo de Controle Interno TCE/TO)

Graduando em Direito pela Universidade Federal do Tocantins, Campus Palmas e licenciado em Sociologia pela Universidade Paulista. Foi Coordenador do Master + Jurídico e da RAESP/TO. Atualmente exerce o cargo de assessor no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, com lotação no Núcleo de Controle Interno.

Cassiano Ferrari

(Auditor-Chefe do Núcleo de Controle Interno TCE/TO)

Contador e Advogado. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Tocantins /UFT-TO e Direito pela Faculdade Serra do Carmo-FASEC. Atualmente exerce o cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo servidor efetivo de carreira do quadro de Auditor de Controle Externo. Tem experiência na área de Auditoria, Análise de Prestação de Contas e Direito Público.

Mediador

Aldenor Fernandes dos Santos

(Auditor de Controle Externo TCE/PR)

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor da Escola de Gestão Pública do TCE-PR; Professor Titular de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Centro Universitário – UNIBRASIL

13 DE SETEMBRO

08h30 Construindo uma Abordagem Mais Humana no Serviço ao Cidadão

Danielle Ventura
(Ouidora da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS)

09h10 O diálogo interorgânico como elemento concretizador da ética institucional

Cons. Cláudio Couto Terrão (Conselheiro Ouvidor do TCE/MG)
Resultados do Grupo de Trabalho sobre Participação Cidadã no âmbito do Integrar
Ana Eleonora de Carvalho Freire (Coordenadora Técnica da Ouvidoria TCE/RN)
Mediador: Cons. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão (Conselheiro Ouvidor do TCM/PA)

10h GT - Manual - A LGPD e a LAI nas atividades de ouvidoria

Cons. Domingos Augusto Taufner (Conselheiro Ouvidor do TCE/ES)
Ederson Patrick Severo Machado (Ouvidor TCE/PR)

10h20 O servidor do Tribunal de Contas e as redes sociais: limitações

Cons. Edilson Sousa Silva (Conselheiro Corregedor do TCE/RO e Vice-Presidente Executivo da Atricon)

Ética e Conflitos de interesses

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles (Secretário de Controle Interno da Presidência da República e Presidente da Comissão Nacional de Ética Pública)

Mediador: Cons. Bismarck Dias de Azevedo (Conselheiro Corregedor TCE/RR)

11h10 Auditoria Financeira: Fortalecendo o Controle Interno e a Auditoria Interna dos Tribunais de Contas

Claudio Nascimento Alfradique (Auditor de Controle Externo do TCE/RJ)

Elaboração do plano anual de auditoria baseado em riscos

Patrícia Fernandes Marques (Auditora-Chefe da Auditoria Interna TCE/RJ)
Mediadora: Cons. Rejane Ribeiro Sousa Dias (Controladora Interna TCE/PI)

12h ALMOÇO



13 DE SETEMBRO

Palestra

Construindo uma Abordagem Mais Humana no Serviço ao Cidadão

O que será abordado

Será explorada a essência de uma abordagem mais humana no serviço ao cidadão e a importância da empatia e da compreensão das necessidades individuais, além de como construir conexões emocionais autênticas para aprimorar o atendimento público. Além disso, serão compartilhados exemplos práticos de estratégias, desde capacitação de equipe até personalização de serviços, que podem ser adotadas para cultivar uma cultura organizacional centrada nas pessoas e fortalecer os laços de confiança entre instituições e cidadãos.

Danielle Ventura

(Ouidora da Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS)

Formação na área da Ciência da Informação com bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília - UnB. Instituiu a Ouvidoria da Secretaria de Estado do Governo do DF. Instituiu a Ouvidoria Geral do Grupo Educacional Católica (UBEC) e rede nacional de ouvidorias nas filiais. Foi Ouvidora-Geral e Encarregada pela Proteção de Dados Pessoais na Companhia Docas do Rio de Janeiro. Foi Ouvidora Nacional do SUS. Atualmente possui mandato de Ouvidora da Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Mesa | Ética Institucional e Participação Cidadã

O diálogo interorgânico como elemento concretizador da ética institucional

O que será abordado

A observância às normas e aos processos de trabalho institucional configura um modelo de conformidade. Como pressuposto para um modelo de integridade material, cabe aos órgãos de controle inseridos em cada instituição identificar se as ações ou as atividades nela desenvolvidas encontram-se contidas nos limites de seu ambiente operativo. É fundamental, portanto, que cada uma dessas unidades orgânicas – controladoria interna, corregedoria e ouvidoria – mantenha-se em permanente diálogo para que possam avaliar a efetiva aderência ao modelo de conformidade. A finalidade da palestra, diante desse contexto, é apresentar ao público alguns casos em que se destaca esse diálogo interorgânico como elemento concretizador da ética institucional.

Cons. Cláudio Couto Terrão

(Conselheiro Ouvidor do TCE/MG)

Mestrando em Direito e Especialista em Direitos Fundamentais, ambos pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e em Ciência da Computação pela UNICAP. Ex-presidente do TCEMG. Ex-presidente do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas. Ex-procurador do Ministério Público de Contas. Ex-procurador federal.

Ex-presidente do TCEMG. Ex-presidente do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas. Ex-procurador do Ministério Público de Contas. Ex-procurador federal.

Resultados do Grupo de Trabalho sobre Participação Cidadã no âmbito do Integrar

O que será abordado

A fala foi dividida em duas frentes. A primeira tem a tarefa de organizar o arcabouço teórico do tema, desde o que há na legislação nacional, como também em relatórios, pesquisas e estudos internacionais. A segunda frente, por sua vez, está consolidando boas práticas nacionais sobre participação cidadã, sobretudo aquelas que foram registradas pelos TC's no âmbito do MMD-QATC. Assim, a ideia é conhecer o que há de inovador, interessante e eficiente. A análise até agora realizada, por exemplo, parece constatar que o tema participação cidadã extrapola o relevante papel prestado pelas ouvidorias, alcançando todas as áreas dos TC's, perpassando pelo planejamento, execução e fiscalização das auditorias.

Ana Eleonora de Carvalho Freire

(Coordenadora Técnica da Ouvidoria TCE/RN)

Coordenadora Técnica da Ouvidoria do TCE/RN (2023). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (2007). Formações em Mediação Extra-Judicial, Metodologias Ativas, Formação de Formadores e Pedagogia Empresarial (2020 - 2023).

Mediador

Cons. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

(Conselheiro Ouvidor do TCM/PA)

Formou-se em economia no ano de 1975 e fez especialização em Planejamento do Desenvolvimento em 1979. Atuou junto ao Senai e na Companhia de Desenvolvimento Industrial nas décadas de 70 e 80. Foi secretário do Estado do Pará por diversos anos, ocupando pastas como Planejamento, Tecnologia, Gestão e Infraestrutura. Foi nomeado conselheiro do TCE/PA em 2014, ocupando a presidência no biênio 2019/2020. Atualmente, é ouvidor da Corte de Contas para o biênio 2023/2024.

GT

Manual - A LGPD e a LAI nas atividades da Ouvidoria

O que será abordado

O GT vai apresentar um material elaborado pelo Grupo de Trabalho responsável por discutir e debater a LGPD e seus aspectos frente à Lei de Acesso à Informação. O material foi elaborado e pensado sob um dos principais enfoques de toda legislação nova, que é o pilar da conscientização. O grande objeto é criar nas ouvidorias pessoas aptas a contribuir com essa grande jornada da proteção e do cuidado com os dados pessoais sem nos distanciarmos da fundamental transparência pública. Em resumo, a Lei Geral de Proteção de Dados inaugura uma nova cultura de privacidade e proteção de dados no país, o que demanda a conscientização de toda a sociedade, em especial, das Ouvidorias, acerca da importância dos dados pessoais e os seus reflexos em direitos fundamentais como a liberdade e a privacidade.

Cons. Domingos Augusto Taufner

(Conselheiro Ouvidor do TCE/ES)

Graduado em Engenharia Mecânica e Direito; Pós-graduado em Direito Tributário, Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais. Foi membro do Ministério Público de Contas do ES (2010-2011), presidente do RPPS de Vitória-ES (2005-2010); Auditor Fiscal de carreira do Município de Vitória (1986-2010), Vereador do Município de Vila Velha-ES (1989-1996) e Agente Administrativo do IAPAS (1981-1986).

Ederson Patrick Severo Machado

(Ouvidor TCE/PR)

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Servidor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná desde 2013. Designado Ouvidor Geral para os anos de 2017 a 2023. Membro do comitê técnico de Ouvidorias, Corregedorias, Controles Internos e Social do Instituto Rui Barbosa – IRB. Co-autor e Revisor do "Manual para implementação dos Conselhos de usuários nos Tribunais de Contas". Professor da Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

- 14h** **Responsabilidade e solidariedade: fundamentos éticos nas instituições**
Dra. Daniela Lustoza (Juíza Titular da 11ª Vara do Trabalho de Natal/RN)
Ouidoria da mulher
Dra. Adriana Magalhães (Juíza Titular - TRE/RN)
O papel das ouvidorias no enfrentamento do assédio e discriminação
Sergio Satoshi Otsuki (Ouvidor do TCE/SP)
Mediadora: Dra. Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira (Procuradora-Geral de Justiça do RN)
- 14h55** **GT - Monitoramento de Desempenho - MMD/QATC: Apresentação de diagnóstico**
Cons. Antônio Gilberto de Oliveira Jales (Presidente do TCE/RN) e Andréa Norbim Beconha (Auditora de Controle Externo do TCE/ES)
- 15h15** **LEITURA DAS CARTAS COMPROMISSO**
- 16h** **PALAVRA DE ENCERRAMENTO**
Cons. Antônio Gilberto de Oliveira Jales (Presidente do TCE-RN)



Mesa | Redes Sociais e Conflitos de Interesses

O servidor do Tribunal de Contas e as redes sociais: limitações

O que será abordado

O direito à liberdade de expressão é uma garantia fundamental. Entretanto, assim como todos os direitos e garantias fundamentais, sua aplicação não é absoluta, cabendo limitações decorrentes de situações específicas. No caso do servidor público, especialmente aquele que integre carreiras compostas por cargos elevados e que tenham relação com a pauta política, como é o caso daquelas relacionadas ao Tribunal de Contas, o direito à liberdade de expressão deve ser limitado. A grande dificuldade consiste em saber até onde pode ir essa limitação, a fim de que não venha a esbarrar no conteúdo mínimo do direito fundamental à expressão, de forma a não caracterizar nenhuma espécie de censura. O objetivo de trazer a discussão para o ENCCO é promover uma reflexão sobre o tema.

Cons. Edilson Sousa Silva

(Conselheiro Corregedor do TCE/RO e Vice-Presidente Execut. da Atricon)

Maranhense de Timon, região metropolitana de Teresina, e reside no Estado de Rondônia desde 1983. Formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (Faro). Após trabalhar na Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO, ingressou na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em 1984. É Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia desde 2005, onde já acumulou diversas atribuições como a presidência da Escola Superior de Contas, Corregedoria Geral, tendo presidido a Corte de Contas do Estado de Rondônia nos exercícios de 2016 a 2019.

Ética e Conflitos de interesses

O que será abordado

O papel da Comissão de Ética Pública no fortalecimento e promoção da ética no governo federal, e na prevenção ao conflito de interesses no âmbito da Alta Administração, serão os principais temas abordados. Nesse contexto, será apresentada a competência legal da Comissão de Ética Pública, sua composição, arcabouço legal, principais atividades desenvolvidas e os projetos em curso no âmbito da CEP, oportunidade em que serão veiculados dois vídeos institucionais, um sobre a CEP e outro sobre a prevenção ao conflito de interesses.

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles

(Secretário de Controle Interno da Presidência e Presidente da Comissão Nacional de Ética Pública)

É bacharel em Administração Pública pela Universidade de Brasília e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCeub. Ingressou na carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Em 2016, exerceu o cargo de Secretário de Controle Interno da Presidência da Repú-

ca e estruturou a unidade com as áreas de auditoria, corregedoria e ouvidoria. Exerceu o cargo de Coordenador e Conselheiro do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro por um ano. Em agosto de 2019, assumiu o cargo de Assessor Especial do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em junho de 2020, retornou para o cargo de Secretário de Controle Interno da Presidência da República e, em 2021, tornou-se Conselheiro da Comissão de Ética Pública e atualmente exerce o cargo de Presidente da CEP.

Mediador

Cons. Bismarck Dias de Azevedo

(Conselheiro Corregedor TCE/RR)

Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. Conselheiro Corregedor no biênio 2021/2022 e foi reconduzido ao mesmo cargo para o biênio 2023/2024. Cursando Mestrado em Administração Pública na FGV. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO (2002). Diretor Executivo da Associação Nacional do Ministério Público de Contas- AMPCON nos biênios 2014-2015, 2016-2017, 2018-2019. Coordenador Geral dos grupos de gestão estratégica do Ministério Público de Contas Brasileiro.

Mesa | Auditorias

Auditoria Financeira: Fortalecendo o Controle Interno e a Auditoria Interna dos Tribunais de Contas

O que será abordado

Os Tribunais de Contas dos Estados do Brasil têm um papel fundamental no controle e na fiscalização das contas públicas. Para desempenhar efetivamente essa função, é necessário fortalecer o Controle Interno e a Auditoria Interna dessas instituições. Nesse contexto, a Auditoria Financeira desempenha um papel crucial ao contribuir para a melhoria desses dois aspectos essenciais. A Auditoria Financeira desempenha um papel crucial ao avaliar a eficácia dos controles internos existentes nos Tribunais de Contas, identificando suas fragilidades e sugerindo melhorias.

Claudio Nascimento Alfradique

(Auditor de Controle Externo do TCE/RJ)

Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ (2017), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994). Atualmente é Prof. Convidado da Universidade de Manchester, atuando como professor do Global MBA. Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management. Professor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ) e Auditor de Controle Externo (TCE-RJ). Palestrante internacional, tendo proferido palestras nos Estados Unidos e na Austrália.

Elaboração do plano anual de auditoria baseado em riscos

O que será abordado

O Planejamento Anual de Auditoria baseado em Riscos é um dos critérios de avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), na dimensão controle interno. Sendo assim, serão apresentadas, aos participantes do ENCCO, as possibilidades de elaboração desse planejamento de acordo com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade da Auditoria Interna Governamental (MOT), elaborado pela Controladoria Geral da União.

Patrícia Fernandes Marques

(Auditora-Chefe da Auditoria Interna TCE/RJ)

Auditora-Chefe da Auditoria Interna do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro desde 2021. Foi Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (2000 a 2016) e Contadora na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (2000). É mestre em Justiça Administrativa pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (2022), com graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2006) e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Machado Sobrinho (1999).

Mediadora

Cons. Rejane Ribeiro Sousa Dias
(Controladora Interna TCE/PI)

Formou-se em Administração de Empresas pela Associação de Ensino Superior do Piauí, em Teresina, no ano de 2006. Também possui bacharelado em Direito pelo Centro de Ensino Unificado, obtido no ano de 2011. Iniciou sua vida política em 2010, como deputada estadual, mas já havia exercido os cargos de coordenadora estadual para Integração da Pessoa com Deficiência, entre 2003 e 2008; de secretária estadual de Assistência Social e Cidadania entre 2005 e 2006; e de secretária estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência, entre 2008 e 2010. Em 2015 assumiu seu primeiro mandato como deputada federal, tendo se licenciado para assumir o cargo de secretária estadual de Educação, ficando na função até 2018. Renunciou ao mandato de Deputada Federal, na Legislatura 2019-2023, em 12 de Janeiro de 2023. Tomou posse como conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no dia 13 de janeiro de 2023.

Mesa | Ouvidorias e Enfrentamento à Discriminação

Responsabilidade e Solidariedade: fundamentos éticos nas instituições

O que será abordado

Importante o (re)surgimento do debate sobre ética, ou a sua falta, nos dias atuais, trazendo à reflexão a importância da harmonia que deve existir em relação à individualidade de cada um/uma e a necessária atenção ao sentimento coletivo, no âmbito das instituições, que precisam manter um olhar diferenciado em relação à diversidade e vulnerabilidades, especialmente em perspectiva de gênero e raça, para o enfrentamento às possíveis situações de discriminação que possam ocorrer.

Dra. Daniela Lustoza

(Juíza Titular da 11ª Vara do Trabalho de Natal/RN)

Doutora em Direito Constitucional (Universidade de Fortaleza) e mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem especialização em Direito e Cidadania (UFRN) e em Direito Processual Civil (EA/RN). Juíza Titular da 11ª Vara do Trabalho de Natal/RN. Presidente da AMATRA 21.

Ouvidoria da mulher

O que será abordado

Há alguns anos, o Judiciário Brasileiro passou a se preocupar em criar ferramentas aptas ao enfrentamento sistemático da violência contra a mulher. Nesse contexto, de maneira pioneira, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Ouvidoria Nacional da Mulher, iniciativa replicada em vários Tribunais do país, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral. As Ouvidorias da Mulher, no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais, são canais de escuta, acolhimento e orientação das mulheres que se sintam vítimas de violência política de gênero, além de um espaço de atendimento das demandas internas, relativas ao assédio – moral e sexual – no ambiente de trabalho.

Dra. Adriana Magalhães

(Juíza Titular – TRE/RN)

Advogada, Professora e Escritora, com atuação na área de Direito Público. Foi nomeada Juíza Substituta do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, em 2017, tendo sido designada Juíza Auxiliar da Presidência do TRE/RN nas Eleições Gerais de 2018. Em 2019, foi nomeada Juíza Titular da Corte, para o biênio 2019-2021, tendo sido reconduzida, por ato do Presidente da República, para o biênio 2021-2023. Foi designada Ouvidora-Geral Eleitoral do TRE/RN, em 2021, tendo idealizado e implantado, no âmbito do Regional Potiguar, a Ouvidoria da Mulher.

O papel das ouvidorias no enfrentamento do assédio e discriminação

O que será abordado

A apresentação vai tratar do papel da ouvidoria na detecção das situações de assédio moral, assédio sexual e discriminação. A contribuição da ouvidoria no estabelecimento de estratégias visando ao enfrentamento e combate dessas práticas no âmbito do trabalho, especialmente nas Cortes

de Contas. Além disso, serão apresentadas as ações adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para combater todas as formas de assédio e discriminação dentro das suas dependências.

Sergio Satoshi Otsuki

(Ouvidor do TCE/SP)

Servidor público estadual há 25 anos, ingressou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 1998. Em 2006 foi aprovado para o cargo de Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Graduado em Administração de Empresas (2002) e Direito (2013). Pós-Graduado em Tecnologia da Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal (2006) e em Sociopsicologia (2022). Possui certificação em Ouvidoria pela Escola Nacional de Administração Pública e, atualmente, é pós-graduando no MBA de Gestão Estratégica em Ouvidoria Pública e Privada, pelo Centro Universitário São Camilo (2023). Participou da coordenação e elaboração da Cartilha de Conscientização e Combate ao Assédio e à Discriminação, publicada pelo TCESP em novembro de 2022.

Mediadora

Dra. Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira

(Procuradora-Geral de Justiça do RN)

Ingressou no MPRN em 1997. É a titular da 62ª Promotoria de Justiça de Natal, com atribuição em defesa da Saúde. Graduada e especialista em Criminologia pela UFRN, mestre em Direito das Relações Sociais, sub-área Difusos e Coletivos, pela PUC-SP, e já atuou como professora da Femsp, Esmarn e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Autora do livro "Serviços Públicos e Relação de Consumo", e co-autora de outras obras jurídicas, a exemplo do Estatuto do Idoso Comentado e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988.

GT

Monitoramento de Desempenho – MMD/ QATC: Apresentação de diagnóstico

Será apresentado o produto do trabalho realizado pelo GT Ouvidorias/Corregedorias/Controles Internos - Monitoramento de Desempenho - MMD/ QATC - que é um diagnóstico dos controles internos e corregedorias dos Tribunais de Contas. Através desse diagnóstico, realizado a partir das respostas recebidas através do questionário eletrônico, vamos ter um retrato de como se encontram essas unidades e desenvolver um plano de ação para que todas possam alcançar um melhor resultado na avaliação do MMD TC 2024. Vamos trabalhar junto às unidades de corregedorias e controles internos dos TCs, os critérios não atendidos no MMD-TC 2022, visando nivelar essas unidades, nos moldes realizados com as Ouvidorias em 2020.

Cons. Antônio Gilberto de Oliveira Jales

(Presidente do TCE/RN)

Graduado em geologia pela Universidade de Fortaleza (1986). Mestre em irrigação e drenagem pela universidade federal rural do semi-árido (2009). Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte desde 08/05/2013. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do RN no biênio 2017/2018. Atualmente é presidente do Tribunal de Contas do Estado do RN no biênio 2023/2024. Presidente do Comitê técnico das corregedorias, ouvidorias e controles interno e social do Instituto Rui Barbosa – biênios 2019, 2020/2021, 2022/2023. Representa o TCE/RN no treinamento das comissões técnicas encarregadas de visitar os Tribunais de Contas do Brasil que aderiram ao projeto do marco de medição e desempenho dos Tribunais de Contas.

Andréa Norbim Beconha

(Auditora de Controle Externo TCE/ES)

Formada em ciências econômicas pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e pós-graduada em Administração e gestão pública, é auditora de controle externo do TCE-ES desde 1997 e coordenadora da Ouvidoria desde 2018. Membro do comitê técnico de Ouvidorias, Corregedorias, Controles Internos e Social do Instituto Rui Barbosa – IRB, desde 2019. Coordenadora/assistente do Grupo de Trabalho Ouvidorias / Corregedorias / Controles Internos - Monitoramento de Desempenho - MMD/QATC e Membro do Grupo de Trabalho para o aperfeiçoamento do tratamento de denúncias no âmbito dos Tribunais de Contas do Brasil; ambos do Instituto Rui Barbosa.



O TCE SE MOVIMENTA

Uma Corte de Contas é o lugar ideal para a promoção da prática de esportes? Quem respondeu que “não” precisa conhecer o projeto “Movimente-se”, realizado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) e que tem engajado os servidores em busca de colocar em prática a famosa expressão da filosofia romana: mente sã em corpo sã. Através de parcerias com o UNI-RN e o Aeroclube, o projeto dá espaço para a prática dos esportes e prepara os servidores do TCE para as Olimpíadas dos Tribunais de Contas.

O projeto “Movimente-se” é realizado pela coordenação de Gestão de Pessoas em parceria com o setor de Saúde e Bem-estar do TCE, com o objetivo de fortalecer a motivação e o comprometimento dos servidores, melhorando o clima organizacional. A iniciativa também faz parte do projeto Agregar.

Para executar a missão, foi criado um Grupo de Trabalho com os técnicos Patrícia Amorim, Cláudio Cesar Formiga, Fernanda Dias, Paulo Roberto Oliveira, Priscila Cavalcanti e Jordana Bulhões. O objetivo do grupo é dar oportunidades para que os servidores façam atividades físicas, o que melhora na saúde e na socialização, tanto no campo pessoal como laboral.

Para conseguir promover o esporte, e a qualidade de vida, entre os servidores do TCE, o projeto

“Movimente-se” tem como aliadas as parcerias com o Complexo de Ensino Noilde Ramalho – UNI/RN e o Aeroclube de Natal, possibilitando aos servidores e atletas a prática de modalidades como natação, futebol, futsal, beach tênis, vôlei de praia, futevôlei e tênis de quadra. Na parceria, a organização entra com o espaço e o TCE e o Sindicontas com os materiais e equipamentos necessários para a prática esportiva.

Para a coordenadora de esportes do UNI/RN, professora Flavia Leite Uchôa, a proposta é colaborar no treinamento de servidores, disponibilizando o aparato existente - já que a universidade conta com uma estrutura de referência na cidade - para um melhor condicionamento dos atletas do TCE. Da mesma forma, o diretor de esportes do Aeroclube Natal, Ivis Dias, destacou o caráter e o papel institucional da parceria, buscando colaborar na melhoria da qualidade de vida, possibilitando o acesso a uma estrutura organizada.

A Organização Mundial da Saúde recomenda 150 minutos por semana de atividade física, práticas que promovem a flexibilidade corporal, a saúde para os ossos e músculos, o auxílio na prevenção e retardamento de doenças cardiovasculares, diabetes e câncer.



Delegação terá 22 atletas nas Olimpíadas dos TCs no Pantanal

Além de promover a qualidade de vida, o projeto Movimente-se tem como objetivo preparar os servidores do TCE/RN para as Olimpíadas dos Tribunais de Contas, que acontecem de 08 a 15 de outubro, em Cuiabá, no Mato Grosso. As Olimpíadas terão 24 modalidades e vão congregam os TCs de todo o País. Em homenagem ao pantanal matogrossense, esta edição terá como mascote a onça pintada, que simboliza o lugar, território de rara beleza ambiental. O TCE/RN vai participar com um grupo de 22 atletas, que tentarão dar continuidade aos bons resultados alcançados no último evento.

No ano passado, no período de 22 a 27 de agosto, a OTC foi realizada em Natal, inaugurando este tipo de competição no Nordeste, e o TCE/RN ficou na sétima colocação, com 964 pontos. No total, foram conquistadas 13 medalhas de ouro, 03 de prata e 08 de bronze. A OTC contou com a presença de mais de mil atletas e 347 acompanhantes, considerada a maior competição em número de participantes já realizada desde o início dos jogos, em 2005. Foram disputadas 23 modalidades: basquete, futsal, futebol society, futevôlei, vôlei de praia, atletismo, beach tennis, bocha, boliche, corrida, natação, tênis de campo, tênis de mesa, tiro esportivo, pesca, sinuca, poker, dominó, damas, xadrez, truco e pebolim.

Além do esporte, a OTC movimenta o segmento de turismo e comércio do local onde é realizado.

